

Editorial

“*Libertas* é um chamado, uma evocação”

O título acima foi retirado do editorial do volume inaugural da *Libertas*, publicado em 2001 e escrito pelas professoras Cristina Bezerra e Rosângela Lage. Naquele texto, as autoras destacam a associação do nome da revista ao verbo *libertar* e ao substantivo *liberdade*, num contexto histórico em que a liberdade foi apropriada e vinculada, sobretudo, às teses neoliberais, como a “liberdade de mercado” e o destaque dado às liberdades individuais em detrimento do coletivo. Era um período em que neoliberalismo já se consolidava na sociedade brasileira.

Passaram-se 25 anos e nos vemos diante de um cenário ainda mais complexo. Por meio da apropriação dissimulada da “liberdade de expressão”, a noção de liberdade vem sendo distorcida por setores conservadores, que utilizam de artifícios narrativos e do advento das redes sociais para externarem todo tipo de manifestação de cunho racista, homofóbico, xenofóbico, sexista, disseminar *fake news*, propagar discursos de ódio, defender regimes e figuras autoritárias, e legitimar a necropolítica em todas as suas expressões.

Desse modo, a liberdade, enquanto princípio humano emancipatório, vem sofrendo um processo de esvaziamento de seu sentido original, sendo enquadrada aos preceitos capitalistas de diferentes formas, de acordo com suas necessidades de desenvolvimento e aprofundamento. Isso reforça o **chamado** que fazemos, desde 2001, aos trabalhadores e sujeitos coletivos a aderir ao projeto coletivo defendido pelo Serviço Social brasileiro, com clara perspectiva ético-política, “em busca de uma verdadeira liberdade” (Bezerra; Lage, 2001, p. 9).

Libertas é **chamado**, mas também é **evocação**. Evocar tem o mesmo sentido de chamar, mas também de lembrar, de recordar. No campo dos estudos sobre memória, o seu armazenamento pode ser dividido em três processos: aquisição, consolidação e evocação, sendo este o retorno das informações armazenadas nas memórias (Mourão Jr.; Faria, 2015). Dessa forma, evocar é o processo de trazer à tona uma memória que ficou armazenada, mas para isso ela precisa ser estimulada.

Como afirmou Bergson (*apud* Bosi, p. 10), “é do presente que parte o chamado ao qual

a lembrança responde”, assim esse estímulo feito pela Comissão Editorial de evocar a memória da *Libertas* envolve um processo coletivo, de buscar nos sujeitos que construíram historicamente essa revista, frente a diversos desafios nessa trajetória, a “imagem-lembrança” de alguns momentos fundamentais que fizeram com que chegássemos até o presente. Para Ecléa Bosi (1979, p. 11) essa lembrança pura, que se diferencia da memória-hábito – aquela que já faz parte do cotidiano, que remete àquilo que se torna costumeiro, mecanizado, um “esquema de comportamento” –, “traz à tona da consciência um momento único, singular, não repetido, irreversível, da vida” e vem daí seu caráter evocativo, de uma memória que estaria latente e profunda.

Com a ideia de (co)memorar os 25 anos da *Libertas*, apresentamos contribuições de professoras da Faculdade de Serviço Social para evocar essa memória e documentar a trajetória de construção permanente da revista. Para esse fim, dedicamos uma seção especial para marcar a celebração dessa importante data. Essa seção conta com a contribuição de Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra Eiras, Bruno Bruziguessi e Luciano Cardoso de Souza, membros da atual Comissão Editorial, que apresentam o artigo “*Libertas*, 25 anos! Avanços, desafios e perspectivas”. Nele, os autores realizam um balanço da revista no período de 2020-2025, tanto em termos quantitativos, quanto qualitativos, indicando os avanços que a revista obteve nesse período e os desafios para os próximos anos. Há também o artigo das professoras Mônica Grossi, Auta Stephan de Souza e Sandra Hallack Arbex, que fizeram parte da Comissão Editorial da *Libertas* em diferentes momentos, no qual resgatam as suas memórias dos primeiros anos da revista (2001-2007), destacando a sua criação, o volume inaugural e a edição especial publicada em fevereiro de 2007. Além disso, a professora Carina Berta Moljo, que também fez parte da Comissão Editorial da *Libertas* em dois momentos distintos, nos brinda com um depoimento, no qual rememora sua passagem pela revista, destacando os desafios particulares de cada uma dessas diferentes fases.

Temos o entendimento de que a longa trajetória da *Libertas* não pode ser resumida nesses três documentos que ora trazemos, mas eles cristalizam o esforço de registrar a memória coletiva da revista e, ao mesmo tempo, homenagear pessoas tão importantes que se dedicaram a encarar o desafio de criar e sustentar um periódico científico de qualidade no âmbito da universidade pública brasileira. O convite às autoras foi realizado com o intuito de abarcar momentos diferentes da revista e essa proposta deixou ainda mais clara a riqueza da trajetória percorrida pela *Libertas*, expondo a necessidade de continuarmos buscando, com a participação de outros sujeitos tão importantes, a evocar a memória para construir um sólido registro histórico da revista.

Além da seção especial, este volume conta com a seção de artigos de tema livre, composta por contribuições de diversos pesquisadores do Serviço Social e áreas afins, em uma importante diversidade de temas, recortes e alcances.

Abrindo a seção apresentamos o artigo “Assistência social e bancarização: reflexões a partir da execução dos programas socioassistenciais pelo Banco de Brasília no Distrito Federal”, de Liliam dos Reis Souza Santos e Ana Carolina Nunes Renault Monteiro. O artigo analisa a mercantilização da política social sob a hegemonia do capital financeiro, evidenciando o avanço da financeirização e a atuação de bancos na execução de programas sociais. Com base em pesquisa documental sobre contratos entre a Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDES) e o Banco de Brasília (BRB) (2020–2026), examina a operacionalização de políticas sociais no Distrito Federal. A análise, fundamentada em perspectivas críticas do financiamento das políticas sociais, revela o fortalecimento da intermediação bancária. Conclui que essa dinâmica subordina a política social à lógica mercantil, convertendo direitos sociais em ativos econômicos e informacionais.

Na sequência, apresentamos o artigo “Rualização em debate: vozes resistentes aos desafios da vida na rua e para além dela”, escrito por Verônica Martins Tiengo, que tem como objetivo “apresentar a voz de sujeitos em situação de rua a respeito do que pode ser feito no sentido de mitigar essa multifacetada expressão da questão social”. Trata-se de pesquisa qualitativa, bibliográfica e de campo. O texto enfatiza os determinantes da situação de rua, destacando que a pesquisa de campo indicou que os sujeitos entrevistados “expressam viver nas ruas por elementos motivadores diversos, tais como a perda do emprego, perda das relações familiares, perda da moradia, perda da capacidade laborativa. Nas ruas sofrem violências de todo tipo e apresentam projetos de vida associados ao trabalho, que lhes permita manter uma moradia e demais gastos que lhes mantenham o sustento”.

Destacamos um bloco de artigos que trata de diferentes reflexões acerca do eixo temático gênero, patriarcado e capitalismo, que aborda elementos como cuidado, trabalho doméstico, violência de gênero, políticas sociais voltadas às mulheres e precarização do trabalho. Valendo-se de contribuições da teoria marxista tais como a teoria da reprodução social e a teoria marxista da dependência, esse conjunto de textos apresenta resultados de investigações fundamentais que contribuem para a ampliação das discussões acerca desse eixo temático. Alguns desses trabalhos também articulam gênero, raça e classe, seja para realizar apontamentos a partir da formação social brasileira, seja para uma reflexão mais apurada da realidade contemporânea. Dessa forma, aproveitamos para apresentar neste bloco um artigo que trata especificamente da questão racial, outro tema que vem suscitando muitas reflexões e

interpretações no Serviço Social brasileiro.

Dentre tais artigos, apresentamos a contribuição de Larissa de Souza Alves Mapa e Rita de Cássia Pereira Farias, “Estrutura patriarcal e institucionalização de crianças e adolescentes”, que propõe analisar como a articulação entre a estrutura patriarcal da sociedade brasileira e as políticas familistas potencializam a responsabilização das mulheres sob a “tarefa do cuidado”, e seu “fracasso” leva à institucionalização de crianças e adolescentes. Para explicitar esses argumentos, o artigo traz os resultados de uma pesquisa realizada junto a psicólogos e assistentes sociais que atuam em unidades de acolhimento institucional em quatro municípios do estado de Minas Gerais. Já o artigo “Cuidado e conflitos pós-divórcio: contradições da política social brasileira”, de Kátia Roberta Portes Silva Raposo e Maria das Dores Saraiva de Loreto, parte da articulação entre a teoria marxista da dependência e os estudos sobre gênero e cuidado para analisar os conflitos pós-divórcio, apontando que a ausência de políticas sociais estruturadas pode reforçar desigualdades sociais, raciais e de gênero. Analisando aspectos da formação social brasileira, como o caráter dependente do nosso capitalismo e as características do Estado, aponta para as potencialidades e limites da Política Nacional de Cuidados.

Ainda no campo dos estudos de gênero, destacamos o artigo “Entre a fábrica e a cozinha: precarização do trabalho e a reprodução social das catadoras de caranguejo na Amazônia dos manguezais”, de Clara Sousa Maria e Adriana de Azevedo Mathis, que traz uma pesquisa sobre a precarização do trabalho das catadoras de caranguejo da vila do Treme, comunidade localizada no entorno da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu (RESEX) em (Bragança/PA). Fundamenta-se na tradição marxista e feminista para compreender como as articulações entre o trabalho produtivo e a reprodução social impactam na vida de 13 catadoras de caranguejo. O artigo de Larissa Dahmer Pereira, Tatiana Dahmer Pereira, Marianna Madeira Mendes e Sophia Isabelle de Mello Bini Oliveira Santos intitulado “Educação e Gênero: abordando a Lei Maria da Penha em escolas de Nova Friburgo”, apresenta resultados parciais de um projeto sobre a concepção dos adolescentes de uma escola no município de Nova Friburgo, estado do Rio de Janeiro, em relação à violência contra as mulheres. Para tal estudo, foi realizada com esses adolescentes a apresentação de conceitos que lhes permitissem refletir sobre as relações sociais de gênero e raça, para que pudessem explicitar as formas de violência contra a mulher que eles identificavam em sua realidade. Como achados parciais, foi possível constatar que “os discentes identificam de forma mais corriqueira as violências física, sexual e psicológica, mas ainda não o fazem em relação a outras formas mais sutis de violência, tais como as violências patrimonial e moral”.

Tendo em vista as pesquisas que vem articulando gênero, raça e classe, o bloco que

apresentamos está centrado nos estudos de gênero, mas sem perder de vista as articulações com o debate de classe. Alguns deles também fazem indicativos de articulação com a questão étnico-racial, que também tem ganhado muito espaço no Serviço Social. Dentro disso, apresentamos a contribuição de Fabiane Ferreira Nascimento Santos, que coloca o debate racial como tema central no artigo “O dilema da parditude: reflexões sobre raça/etnia e identidade no Brasil”. A autora constrói uma sólida argumentação para contrapor as posições e discursos do chamado Movimento Parditude. Recorrendo a trabalhos de importantes intelectuais do movimento negro brasileiro, como os de Kabengele Munanga, Abdias do Nascimento, Clóvis Moura e Sueli Carneiro, a autora debate criticamente temas como o limbo racial, a multiracialidade, a Lei de Cotas e a emergência das bancas de heteroidentificação, levando em conta aspectos da formação social brasileira. Dessa forma, a autora aponta que “o Movimento Parditude se utiliza de temas sensíveis tentando reivindicar uma ‘identidade mestiça’, mas na prática tem contribuído com a despolitização da categoria de negros, gerando debates virtuais que tem servido, ideologicamente e politicamente, para ameaçar conquistas históricas da comunidade negra brasileira”.

Em seguida, trazemos um bloco de artigos que tem como elemento central o Serviço Social em suas diversas dimensões. Abrimos com o texto de Valéria Lucilia Forti, Juliana Menezes, Lidiane de Souza Barros e Maria Eduarda da Costa dos Santos, “Na contramão do amanhã: notas sobre a cena contemporânea e os rumos do Serviço Social brasileiro”. As autoras abordam questões complexas da sociabilidade contemporânea que afetam a profissão, evidenciando a presença do neoconservadorismo, do reacionarismo e do neofascismo, como processos que desafiam o Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro. Fazem uma apreciação da produção acadêmica pós-graduada visando apreender a “ascendência das tendências conservadoras e neofascistas”. Trata-se de um ensaio teórico, “ancorado na abordagem crítica da tradição marxista, com base em revisão, análise bibliográfica e dos achados iniciais desta pesquisa em desenvolvimento”. As autoras analisam que no pós-2016, as produções relacionadas à temática do neoconservadorismo, bolsonarismo, extrema direita e neofascismo se ampliam nos cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado). Contudo, afirmam que “quando comparamos, em ambos os níveis, o total de produções com o total daquelas que apresentam os descritores analisados, percebemos um quantitativo pouco significativo, o que expressa um investimento ainda exíguo da categoria no enfrentamento do tema”.

Ainda nesse bloco, destacamos três artigos que tratam da formação profissional. O primeiro, intitulado “A formação profissional em Serviço Social no Brasil entre 1930-1970”,

de Sandra Rodrigues dos Santos, expõe o debate crítico sobre o ensino do Serviço Social brasileiro que emergiu na década de 1970. A autora assevera que “apesar da extensa bibliografia consolidada sobre o tema, seu estudo continua imprescindível em nosso tempo para balanços, aprendizados e projeções, sobretudo quando acirram as disputas em torno da direção social do atual projeto de formação profissional, expresso nas Diretrizes Curriculares de 1996”. A partir dos estudos sobre o legado histórico e as disputas em torno do projeto de formação do Serviço Social no Brasil, a autora observa que o “ensino da profissão esteve necessariamente imbricado às condições sociais historicamente determinadas”, “o que traz à luz disputas em torno de seu arcabouço ideopolítico, teórico-metodológico e interventivo *vis-à-vis* à realidade social que vivencia a profissão no bojo da reconfiguração do capitalismo na cena contemporânea”. Já o artigo de Tatiana de Lima Souza, Débora Elita de Sousa Silva e Vinicius Rafael Lopes, “Estágio docência e os Fundamentos Históricos Teórico-Metodológicos do Serviço Social”, teve como objetivo “analisar o estágio docência e suas contribuições na área de Fundamentos Históricos Teórico-Metodológicos do Serviço Social para o ensino dos Fundamentos do Serviço Social e para a formação docente”. Partiu-se do estudo e da experiência sobre o estágio docência articulados à análise dos conteúdos das disciplinas que tratam dos fundamentos do Serviço Social. Para tanto, procedeu-se ao “levantamento dos componentes curriculares ofertados, na atualidade, em nível de graduação e pós-graduação em Serviço Social, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte e na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte”. O artigo conclui que o estágio docência “fortalece o ensino dos fundamentos da profissão e a formação profissional de docentes Assistentes Sociais para trabalharem na educação superior”. Para os autores, a experiência formativa discutida no artigo agrega contribuições para a formação e o trabalho profissional e difunde estratégias pedagógicas que facilitam a apreensão do corpo discente acerca das discussões inerentes ao componente curricular de *Fundamentos* do Serviço Social, indicando-se a necessidade de ampliar as produções sobre o ensino na área de Serviço Social. Já a contribuição de Fernanda Correa Almeida Rodrigues Penido e Leonardo Nogueira, “O debate da cultura na formação em Serviço Social nas universidades públicas em Minas Gerais”, tem como objetivo analisar como o tema da cultura é tratado nestes cursos de Serviço Social, para tanto foram utilizadas “distintas metodologias de pesquisa, a saber, pesquisa bibliográfica, estado da arte da produção sobre cultura em periódicos previamente selecionadas no período de 2013 a 2023, e pesquisa documental nos projetos pedagógicos de instituições de ensino públicas mineiras”.

Destacamos ainda dois artigos que versam sobre memória, história oral e Serviço Social. O primeiro, “História e memória da e na formação em Serviço Social na Universidade Federal

do Piauí e sua interlocução com o campo da saúde mental” escrito por Láina Jennifer Carvalho Araújo. Este artigo tem como objetivo analisar “as particularidades do processo de formação profissional em Serviço Social e a temporalidade histórica do e no Curso de Serviço Social da UFPI, na sua interlocução com o campo da Saúde, com ênfase na Saúde Mental”. Para isso, recorreu-se a um levantamento de setenta e dois Trabalhos de Conclusão de Curso que trataram do tema da saúde mental no período de 1987 a 2021, utilizando também de depoimentos de docentes orientadores destes trabalhos, bem como de assistentes sociais egressos do curso e que atuam no campo da saúde mental. O segundo artigo, “A fonte oral na pesquisa em serviço social e a história oral: a leitura marxiana”, escrito por Carla Regina Moreira, tem como objetivo verificar como a história oral vem sendo abordada pela literatura no campo do Serviço Social e como se dá a interlocução com o Projeto Ético-Político da profissão. A partir de uma leitura marxista da história oral, o levantamento de trabalhos foi feito no Google Acadêmico, recortando o período de 2022 a 2025, com uma análise baseada na revisão de literatura do tipo narrativa com dez materiais selecionados a partir de critérios de inclusão e exclusão, que abordassem essa relação da história oral com o Serviço Social. Seus resultados indicam que essa relação é intrínseca tanto na pesquisa quanto no cotidiano do exercício profissional e está alinhado com os princípios do projeto profissional.

Finalizamos esse bloco, centrado no Serviço Social, com três artigos que apresentam reflexões relacionadas à inserção e ao exercício profissional. Rosária Cal Bastos, Maria das Dores Saraiva de Loreto, Amélia Carla Bastos de Andrade, Juliana Auxiliadora Pereira e Poliana Aroeira Braga Duarte Ferreira apresentam o artigo intitulado “Pandemia, direitos e Serviço Social: impactos e implicações profissionais e jurídicas”, que tem como objetivo analisar as produções acadêmicas sobre a atuação do assistente social durante a pandemia da covid-19, tendo como foco dois eixos que foram identificados no levantamento: debates teóricos sobre o Serviço Social e as transformações no exercício profissional. Essa pesquisa baseou-se em um levantamento de literatura a partir das publicações encontradas nos portais SciELO e Google Acadêmico no período de janeiro de 2020 à outubro de 2021. Já Anna Cláudia Rodrigues Alves, Estela Saléh da Cunha, Ana Clara Aparecida Moreira Alves, Renata Emanoelly Policarpo de Almeida e Ruth Emanuelle Campos, escrevem sobre a ação extensionista coordenada pelo Serviço Social na Universidade Federal de Juiz de Fora, denominada “Programa de Preparação e Educação para a aposentadoria”. Apresentam o perfil dos egressos do projeto, analisando o processo da aposentadoria na relação com o trabalho na sociedade capitalista e indicando as avaliações feitas por eles sobre a participação no projeto de extensão. Elas destacam a potencialidade do trabalho de assistente social nesse tipo de ação ao

articular as dimensões política e pedagógica e “pautar suas ações no estímulo à reflexão, à troca de vivências e histórias de vida entre seus participantes, com sua valorização e reconhecimento enquanto sujeitos políticos, capazes de ressignificar os sentidos do trabalho e sua relação com a velhice na construção de novos projetos de vida”. Por fim, Mauro Rocha Baptista e Jhonatan Antônio Rocha dos Santos, escrevem sobre a “Atuação do assistente social na educação: considerações sobre uma atividade extensionista”. O artigo toma como base o relato de experiência extensionista para analisar a inserção de assistentes sociais no campo educacional. A educação é compreendida como “campo de disputa e mediação da questão social no capitalismo”. E apresenta uma descrição da atividade extensionista refletindo sobre o seu desenvolvimento.

Este volume também conta com duas contribuições que tratam de outro importante eixo temático que vem avançando nos últimos anos no Serviço Social brasileiro, mas que ainda demanda mais atenção de pesquisadores da categoria: questão agrária, questão urbana e questão ambiental. Assim, apresentamos o artigo de Daniel Antoine Abou Jaoude, “Da expropriação colonial à emergência climática: a Lei de Terras e os cercamentos de campos à brasileira”, que tem como objetivo analisar a relação direta entre a ocupação do solo e a crise climática. Para esse estudo, o autor estabelece um paralelo entre a ocupação fundiária brasileira, sobretudo a partir da promulgação da Lei de Terras de 1850, e o processo de acumulação primitiva analisado por Marx em *O capital*, indicando que a intensificação do desmatamento, da degradação do solo e das mudanças climáticas são agravadas pela forma de apropriação da terra no Brasil. O outro artigo desse eixo temático é “O legado da Reforma Urbana e sua incorporação nas agendas de lutas atuais (1980-2023)”, contribuição de Joicy Helena da Costa Pantoja e Joana Valente Santana, que se propõe a analisar como o legado da luta pela Reforma Urbana travada nas décadas de 1980-1990 impactaram nos movimentos sociais atualmente, destacando a centralidade da luta por moradia. Para esse estudo as autoras entrevistaram lideranças de dois movimentos populares que tiveram importante papel na construção da luta pela Reforma Urbana.

Para fechar a seção de tema livre, apresentamos um conjunto de artigos que tratam de diferentes políticas, programas e instituições sociais. Primeiramente trazemos o artigo de Vitória Segato Jadallah, Clara Parente Barreto Oka, Maria Moisés Faria, Elisa de Pennafort Rabelo e Pedro Henrique Antunes da Costa, denominado “‘Lá é um sistema de cadeia!’: Um retrato da violência das Comunidades Terapêuticas”, que traz um estudo crítico fundamental acerca das Comunidades Terapêuticas no Brasil, reunindo um conjunto de denúncias públicas retiradas de reportagens jornalísticas a respeito de violações dos direitos humanos e

irregularidades nessas instituições. A partir desse levantamento, a crítica construída pelos autores vai diretamente nos preceitos que dão sustentação às Comunidades Terapêuticas: o trabalho, a religiosidade e a disciplina, indicando que os usuários sofrem com a exploração de trabalho não-pago, com a imposição religiosa e com a forte disciplina baseada no controle e na punição. Dessa forma, “o estudo evidencia que a violência não é uma exceção nas CTs, mas o seu normal, sendo expressão da lógica asilar-manicomial e em contrariedade aos princípios da Reforma Psiquiátrica brasileira”.

Também apresentamos o artigo “Política de permanência de uma universidade pública na perspectiva dos beneficiados”, de Diego Souza de Medeiros e Jairo de Carvalho Guimarães. Trata-se de um estudo realizado a partir das percepções dos estudantes beneficiados pela política de Assistência Estudantil da Universidade Estadual do Piauí (UESPI) durante a pandemia de covid-19 em relação aos programas e as condições de sua permanência na universidade. A partir de tal estudo foi possível identificar os benefícios mais importantes, se são satisfatórios, seus limites, as dificuldades de acesso, a ausência de ações voltadas para determinadas áreas, além de sugestões. Esse trabalho reforça o papel fundamental da assistência estudantil nas universidades, indicando seus avanços para a democratização da educação superior no Brasil, mas também evidencia as dificuldades que precisam ser enfrentadas.

Como o tema da memória é o grande fio condutor desta edição, trazemos na seção Entrevista a contribuição de Leila Lima Santos, Carina Berta Moljo e Daniela Leonel de Paula Mendes, “História e memória da Renovação Crítica do Serviço Social brasileiro e latino-americano: entrevista com Leila Lima Santos”, que aborda o período da Renovação crítica do Serviço Social brasileiro, a experiência do Projeto da Escola de Serviço Social de Belo Horizonte e as articulações latino-americanas.

A capa desta edição de 25 anos da *Libertas* reúne todas as capas publicadas até hoje, compondo um exercício de rememorar as belas e fortes imagens que marcaram os diversos momentos da revista – capas que expressaram, ao longo do tempo, elementos como a mineiridade, a realidade social, a classe trabalhadora em sua condição, as lutas sociais, as manifestações culturais, entre outros. Seja por meio de fotos, figuras ou pinturas, rememorar as imagens que ilustram as capas é também evocar a *Libertas* e sua identidade visual característica, materializada de forma singular por cada uma de suas Comissões Editoriais. As letras prateadas na capa remetem à celebração de 25 anos da manutenção de união e comprometimento simbolizado pelas bodas de prata, o que também nos leva – além de comemorar e evocar – a renovar os nossos votos de compromisso com a *Libertas*, que chega em sua maturidade, consolidada, mas também cheia de novos desafios.

Aproveitamos esse momento para dar as boas-vindas às professoras Maria Lúcia Duriguetto e Joseane Barbosa de Lima, recém ingressadas na Comissão Editorial da *Libertas*.

Bruno Bruziguessi
Alexandra A. L. T. S. Eiras
Luciano Cardoso de Souza
Joseane Barbosa de Lima
Maria Lúcia Duriguetto

Referências bibliográficas

- BEZERRA, Cristina Simões; LAGE, Rosângela. Editorial. *Libertas*, v. 1, n. 1 jan./jun. 2001. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2001.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: TAQ, 1979.
- MOURÃO JR, Carlos Alberto; FARIA, Nicole Costa. Memória. *Psychology/Psicologia: Reflexão e Crítica*, 28(4), p. 780-788, 2015.